

CUMPLICIDADE E CONFLITO EM UMA CASA LAR: VIOLÊNCIAS E LIMITES ENTRE O QUE “SE É” E O QUE “SE DEVE SER”

INCROCCI, Lígia¹

PIMENTA, Carlos Alberto Máximo²

Resumo: O intuito deste artigo é refletir sobre como os conflitos, mesmo que camuflados pela máxima “estamos brincando e não brigando”, e a disputa por espaço dentro da Casa Lar, representam um sistema complexo de hierarquização determinante e determinado pelas próprias crianças. Traçado pela luta entre o pertencer ou não imbricada no processo de constituição do sentimento de reconhecimento e de socialização. Por meio dos dados etnográficos coletados, pôde-se analisar as manifestações das culturas infantis, seus modos de agir e pensar, e, conseqüentemente, tomar seu próprio ponto de vista como partida para a reflexão acerca de como o universo das violências é permeado por uma dimensão lúdica. Considera-se, para tanto, a emergência do resgate da criança enquanto um ser social completo, produtor de cultura e influenciador das relações sociais, ou seja, busca-se dar vez à voz dessas.

Palavras-chave: Criança; Violências; Pertencimento; Hierarquização; Conflito.

Abstract: The purpose of this paper is to discuss how conflicts, (even if hidden by the statement "we are playing, not fighting") and fight for space at Casa Lar (House Home), a shelter institution for development of children, represent a complex and determining hierarchy system which is determined by the children and adolescents themselves. This system is determined by the struggle between fitting in or not, which is implied in the process of constitution of a recognition and socialization feeling. Through ethnographic data collected, it was possible to analyze the manifestations of childrens' cultures, their way of thinking and acting in order to have their point of view as the first step for reflection on how the universe of violence is permeated by a ludic dimension. It is primordial, then, to rescue the child as a complete social being, not only as a producer of culture but also as someone able to influence in social relations. We seek to give them voice.

Key-words: Child; Violence; Belonging; Hierarchy; Conflict.

1 Programa de Pós-Graduação Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade (DTecS), Universidade Federal de Itajubá/UNIFEI. Mestranda. E-mail: ligia.incrocci@gmail.com. Este artigo destina-se a apresentar os primeiros resultados da dissertação de mestrado sob título “Invencíveis ou Invisíveis? A construção da história de crianças moradoras de uma Casa Lar de Poços de Caldas – MG por elas mesmas”, iniciada no segundo semestre de 2012 e financiada pela CAPES. Faz parte de um conjunto de pesquisas que sustentam a constituição do Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Desenvolvimento e Cultura, dentro do PPG DTecS.

2 Coordenador do Programa de Pós-Graduação Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade – Universidade Federal de Itajubá/UNIFEI. Doutor. E-mail: carlosalbertopimenta@gmail.com.

Introdução

Este artigo circunscreve-se ao estudo das Instituições denominadas de “Casa Lar”, especificamente as atividades desenvolvidas em uma unidade da cidade de Poços de Caldas/Minas Gerais, com o objetivo revelar os diferentes processos de relação de poder presentes no cotidiano das cuidadoras e das crianças.

Na tentativa de construir um rol de informações empíricas que represente a realidade desse fenômeno, realizou-se trabalho de campo que consistiu na observação participante, durante dois meses e meio, na Casa Lar, período em que se fez uso de vários instrumentos como filmes, vídeos, fotos, leitura, brincadeiras lúdicas, para promover a aproximação e criação de uma zona comum de signos e símbolos entre os pesquisadores e os sujeitos.

A escolha da cidade aconteceu por três motivos: ser esta o local de residência dos pesquisadores; a existência de relações sociais prévias entre estes e os administradores da Casa Lar, assim como com representantes da prefeitura, responsáveis pelo convênio que financia com recursos públicos a instituição; e, conforme o Mapa da Violência 2012, a cidade estar classificada em 5º lugar no ordenamento dos 70 municípios com 20 mil crianças e adolescentes ou mais, com as maiores taxas de atendimento (em 100 mil) por violências físicas no Brasil, ano 2011, apresentando uma população de 42 mil crianças e uma taxa de 423,6 atendimentos a cada 100 mil/hab (WAISELFISZ, 2012).

Em resposta aos números acima citados, Poços de Caldas conta atualmente com 4 instituições com foco no acolhimento de indivíduos em situação de risco³, sendo um abrigo e 3 casas lares. Além de instituições de medidas socioeducativas para crianças e adolescentes, que podem fazer atividades direcionadas por profissionais no contraturno escolar, e uma Casa Abrigo da Mulher, onde famílias são abrigadas sob caráter emergencial em caso de violência doméstica até que possam ser reestruturadas.

A pesquisa teve início em três dessas: a.) Casa Lar, que atende 14 crianças e adolescentes de 0 até 15 anos; b.) Casa Lar, que tem seu foco no atendimento a adolescentes com mais de 11 anos, possuindo, à época, 12 moradores; c.) Abrigo, com variedade etária entre 0 e 16 anos, e 25 moradores. A meta era, além de compreender como essas crianças e adolescentes veem a si mesmas, observar se as diferentes composições das instituições influenciava nessa autoconcepção.

Apesar da tentativa inicial de realização da pesquisa em três locais diferentes, somente foi possível a finalização em um deles, por motivos burocráticos, em uma das Casas Lares, e de inadaptação dos moradores com relação aos pesquisadores em campo,

3 Por “criança em situação de risco” considera-se aqueles casos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, sob a Lei Nº 8.069, de 13 de Julho de 1990:

Art. 98. As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:

I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;

II - por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;

III - em razão de sua conduta.

no caso do abrigo. Entretanto é importante destacar que, ainda que sejam consideradas experiências de campo incompletas, são partes integrantes da pesquisa. Essas não aparecerão de forma direta no texto, mas serviram como contraponto às experiências passadas na Casa Lar, na qual o trabalho de campo pode ser completado.

O percurso teórico pautou-se pelo preceito básico trazido pelas Sociologia e Antropologia da Criança (COHN, 2006; NUNES, 2009; SARMENTO, 2007): o resgate da criança enquanto um ser social completo, produtor de cultura e influenciador das relações sociais. O que consiste em atribuir aos sujeitos voz, ação e autonomia, propondo que os pensemos no tempo de hoje, não enquanto sujeitos do “vir a ser”, do amanhã, do futuro. Caso contrário, a condição que se instala é a de que só se tornarão sujeitos capazes quando o amanhã chegar e finalmente crescerem.

A prospecção consignada é a de que, apesar do “treino adequado” para prevenção de delinquência juvenil (SNIZEK, 2007), essas crianças e adolescentes, moradoras de instituições de abrigamento, se encontram em uma luta entre o pertencer ou não à sociedade, e que, para eles, a delinquência e as violências são permeadas por uma dimensão lúdica, permanecendo no limiar entre a brincadeira e o conflito.

Por meio dos dados etnográficos coletados é que se pôde analisar as manifestações das culturas infantis, seus modos de agir e pensar, e, conseqüentemente, traçar eixos que nos permitissem refletir sobre as condições de abrigamento. Este, sob o próprio ponto de vista dos sujeitos abrigados.

Hoje se sabe que o Brasil tem cerca de 39 milhões de crianças (entre 0 e 11 anos) que, somadas aos 21 milhões de adolescentes (entre 12 e 18 anos), chegam aos 60 milhões de jovens. Ou seja: quase um terço de toda a população de crianças e adolescentes da América Latina e do Caribe. Segundo dados do portal online do Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF⁴, dessas, com base na pesquisa divulgada pelo IPEA (2004)⁵, cerca de 20 mil vivem em 589 abrigos em todo o Brasil.

Esses números apontam que a maior parte das crianças abrigadas é composta por negros provenientes de famílias de baixa renda, e que o principal motivo de abrigamento da população infanto-juvenil pesquisada é a carência de recursos materiais da família (24,1%), seguido do abandono pelos pais ou responsáveis (18,8%). Ressalta-se que mais de 80% das crianças e adolescentes abrigados têm família, sendo que 58% delas mantêm vínculo com seus familiares (IPEA, 2004).

As informações acima citadas apesar de dimensionarem o universo aqui estudado ainda são insuficientes, uma vez que não atingem qualitativamente o porquê da necessidade de institucionalização dessas crianças e adolescentes, ou o motivo pelo qual foram abandonadas, e, principalmente, não abordam as violências sofridas (RIFIOTIS, 1997). Azevedo (2013) credita essa ausência de dados à um “complô de silêncio” entre ações governamentais e acadêmicas, gerador de um quadro de naturalização e banalização

4 Disponível em: <<http://www.unicef.org/brazil/pt/activities.html>>. Acesso em: novembro de 2012.

5 Esses dados foram extraídos no livro “O direito à convivência familiar e comunitária – os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil” (2005), constituído a partir dos resultados finais do Levantamento Nacional de Abrigos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA.

das condições de existência desses sujeitos.

Esse “complô” é sustentado por um lado pelo fato de estar no âmbito privado e dele participarem os vizinhos, parentes e familiares, que não denunciam os casos. Por outro, pela grande territorialidade do Brasil como barreira à realização de levantamentos consistentes.

Para participar desse debate leva-se em consideração o cotidiano dessas relações e as manifestações dos sujeitos de pesquisa, partindo dos conceitos de *doença da pobreza* (AZEVEDO, 2013) e *mito da negatividade* (LEITE, 1998), com a intencionalidade de trazer elementos qualitativos a esta realidade.

Em termos de estrutura, a argumentação será desenvolvida por meio de dois contextos distintos, permeados pelos dados empíricos, mas complementares: a ideia de Casa Lar⁶, levando-se em consideração os registros do caderno de campo; o que falam os estudiosos sobre o tema. Importante deixar esclarecido que a teorização proposta trata-se de escolhas conceituais, as quais são voltadas ao encaminhamento de respostas, possíveis, as questões aqui levantadas.

A Ideia de Casa Lar: da lei à realidade, uma contextualização.

Antes do tratamento da definição de Casa Lar se faz necessária a justaposição legal sobre o que venha a ser criança, conseqüentemente o significado do termo “abrigo”.

Pelas definições do Art. 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), regido sob a Lei Nº 8.069 de 13 de Julho de 1990, “considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade”. Entretanto, para a presente pesquisa, é possível identificar diferentes concepções de infância em um mesmo espaço cultural, fundadas em variáveis como classe social, grupo étnico, religião.

Para Sarmiento (2007: 5), “a distinção da infância da adultez, que a modernidade ocidental produziu, não corresponde a uma só ideia da infância, nem origina uma única norma da infância”. Dentro desse aspecto, ao considerar a particularidade da forma de desenvolvimento dos sujeitos implicados, tanto as crianças quanto os adolescentes moradores da Casa Lar estudada serão classificados enquanto crianças, diferentemente da distinção feita pelo ECA.

Já a definição de abrigo será traçada pelo IPEA (2004):

Abrigos – ou orfanatos, educandários e casas-lares – são instituições responsáveis por zelar pela integridade física e emocional de crianças e adolescentes que tiveram seus direitos desatendidos ou violados, seja por uma situação de abandono social, seja pelo risco pessoal a que foram

6 Cabe ressaltar que o universo empírico foi textualmente apontado a título de complementaridade à reflexão, mas não assume foco principal da proposição. Assim, os recortes e manifestações grafadas favorecem as escolhas teóricas.

expostos pela negligência de seus responsáveis. Em sentido estrito, “abrigo” é uma medida de “proteção especial” prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente e definida como “provisória e excepcional” (ECA, art. 101, parágrafo único). Aqueles que, em casos extremos, necessitam permanecer afastados de suas famílias até que as condições adequadas de convivência se restabeleçam devem encontrar nas instituições de abrigo um espaço de cuidado e proteção.

A classificação apontada pelo IPEA coloca em patamar de igualdade todas as instituições que zelam pela integridade física e emocional das crianças. Essa perspectiva não estabelece distinções entre lar, orfanatos, educandários e abrigos. Conforme o ECA toda Casa Lar, enquanto modalidade de instituição de abrigamento, é estruturada em torno do ideal que permeia a noção de família tradicional formada por pai, mãe e filhos, sendo composta por no máximo 10 crianças, uma mãe social e os educadores.

A realidade encontrada, no caso da Casa Lar, objeto dessa pesquisa, apresenta-se em desacordo com os limites da lei. Durante o campo, as crianças eram em número de 14 e não 10 como manda a regra, situação gerada pela escassez de instituições do gênero em oposição à quantidade de casos relatados.

Observou-se que a mãe social fica na Casa 6 dias por semana, 24 horas por dia, é responsável pelo almoço e o jantar, e divide a responsabilidade de educar as crianças, assim como seu quarto, com 4 outros educadores sociais (dois homens e duas mulheres), organizados em escala de trabalho de 12/36 horas, e com mais 3 educadores técnicos- psicóloga, assistente social e administradora da Casa- que passam entre 4 e 5 horas diárias no local e são chamadas em caso de emergência. Nessa configuração, sempre tem ao menos dois adultos cuidando das crianças.

Ressalta-se que o município de Poços de Caldas, conta hoje com 55 crianças e adolescentes distribuídas entre 4 instituições, cujo período de abrigamento, ou, em outras palavras, sob tutela do Estado, pode ultrapassar 2 anos⁷.

Para além da composição, outra característica das casas-lares é a existência de espaço que permita às crianças a constituição de particularidades, ou da sua individualidade. Esta prática se faz presente. Em cada um dos três quartos destinados a elas, sendo um dos meninos, um das meninas e outro dos menores (entre 1 e 4 anos) e bebês, possui uma cama individual, bem como duas portas de guarda-roupas para cada criança, dentro do qual ficam seus pertences individuais como roupas, sapatos, brinquedos, bijuterias, acessórios, livros, CDs, cartas, diário. Elas trocam entre si esses objetos que são fruto de doações, uma vez que ao serem retiradas das suas casas, independentemente do motivo, não podem trazer consigo nenhum de seus pertences.

Cada uma das crianças, até mesmo as menores, é responsável por manter seu espaço limpo e organizado. Essa tarefa é uma das que têm de cumprir, outro preceito básico das casas-lares funda-se na formação das crianças voltada para uma vida adulta

⁷ Esses dados foram obtidos em conversas informais já durante a pesquisa de campo, e são, portanto, informações não oficiais da Secretaria de Promoção Social do município.

independente, em decorrência dessa visão todas as atividades domésticas da casa são responsabilidade delas, com exceção do almoço e jantar que envolvem o uso do fogão, apesar de em algumas ocasiões os pesquisadores terem presenciado as crianças mais velhas fazendo pães ou fervendo leite. Elas lavam os três banheiros, meninos, meninas e educadores, varrem e lavam o chão da copa, da cozinha, da sala de televisão, dos quartos, da sala de brinquedos, da área interna, da área externa, da sala de entrada, da sala da coordenação (onde ficam os educadores técnicos), da despensa, das escadas e corredores (a casa tem três andares), assim como organizam esses espaços e tiram pó de todos os móveis, lavam a louça de todas as refeições, tiram o lixo, buscam pão na padaria, carregam as compras feitas no supermercado e as organizam na despensa. As roupas também são lavadas por elas, mas passadas pelos educadores. Esse movimento é realizado por escala entre as crianças, e esta é determinada pelos educadores, que destinam mais ou menos tarefas a cada uma dependendo do “bom” ou “mal” comportamento que exercem.

A última distinção entre as casas-lares e as demais instituições de abrigamento é a possibilidade de as crianças desenvolverem atividades extra-escolares, visando maior inserção social das mesmas na comunidade. Entretanto, no caso estudado, a única criança a sair da Casa sem ser para ir à escola é o adolescente mais velho (16 anos), que trabalha durante meio período como assistente administrativo em um supermercado, e, conforme seu “bom” comportamento, conquista algumas regalias como poder passear com os amigos nos horários que não está na escola ou trabalhando, usufruir de um celular, um aparelho de música e roupas novas, comprados com seu salário, mas que ficam sob a guarda dos educadores, assim como a própria remuneração.

A relação entre as crianças é estabelecida no limite entre a cumplicidade e a disputa. Elas têm uma rotina rígida, com horários determinados para acordar, dormir, ir à escola, fazer dever de casa, tomar banho e comer. Ainda assim, por permanecerem em casa na maior parte do tempo, elas têm cerca de 6 horas livres por dia. Na Casa Lar sempre que estão juntos assistindo televisão, brincando, jogando videogame, fazendo faxina ou realizando qualquer outra tarefa, elas fazem muito barulho, falam alto, gritam, riem. Nesses momentos é difícil distinguir as brigas das brincadeiras, por muitas vezes algum educador corria ao ouvir um som mais alto, pronto para reestabelecer a ordem, quando as crianças prontamente respondiam que era só brincadeira e ele voltava para a conversa, acompanhada de cafezinho, com os demais educadores na cozinha, porém não depois de uma rápida bronca exigindo que “diminuissem o volume”. Algumas vezes os próprios pesquisadores chegaram a pedir para que eles parassem de brigar, pois estavam se batendo e chutando, ao que recebia como resposta “fica frio, a gente tá só brincando”, e voltavam aos tapas. Não era raro que algum deles exibisse marcas, roxos e arranhões derivados dessas brincadeiras, tornando complicada a diferenciação entre estas e brigas reais. Para Barros (2007: 1271):

Esses comportamentos variavam em função das características da criança

envolvida na situação, ou de acordo com o momento em que ocorriam. Assim, notamos que havia aquelas crianças que se envolviam menos em relações competitivas e mais em cooperativas e vice-versa; bem como aquelas que transitavam entre uma e outra atitude, dependendo da situação.

Optar pela competição ou pela cooperação é uma escolha de cada criança, mas que possui dimensões coletivas. Essas “brincadeiras de mão” tanto quanto as brigas assumidas são uma forma de estabelecimento de hierarquia, esta não somente é constituída pelas próprias crianças, como também só é significativa para elas. Aquele com mais alto grau hierárquico realiza menos atividades domésticas, sendo substituído por outros, escolhe o que vão assistir na televisão e as brincadeiras, assim como pode punir os que estão abaixo dele quando uma briga não é revelada aos educadores.

A hierarquização não tem como única determinação a força física, mas possui caráter subjetivo sustentado pela resposta que dão aos adultos. Ou seja, assumir para um educador que aquela brincadeira/briga estava machucando, que não gostava ou não queria mais, era demonstrar fraqueza, e implicava obrigatoriamente na punição de um dos envolvidos, ou até mesmo de ambos. Quando uma das partes assumia o desgosto com a situação, e apenas a outra era punida, contrapunha-se o “bom” ao “mau”, em um processo vitimizador onde o “bom” recebia a maior das recompensas possíveis dentro da Casa Lar: um gesto de carinho e cuidado advindo de um adulto.

Foram muitas as vezes que os pesquisadores testemunhavam essa situação, na qual uma das crianças envolvidas na brincadeira/briga corria para o educador pedindo colo e chorando, argumentando que havia apanhado do outro e que estava “doendo”. Choro que cessava instantaneamente ao conseguir o que solicitava. O carinho, o cuidado, o afago são tão importantes em um ambiente como a Casa porque este tem como uma de suas regras principais a não permissão de pegar as crianças no colo, ou abraçá-las.

Essa dimensão de relações afetuosas é evitada, uma vez que ocorre troca constante de funcionários, pela própria rotatividade e, também, com a finalidade de evitar uma vinculação mais significativa entre os educadores e as crianças. Inclusive para minimizar o sofrimento com a ruptura desses. No entanto, diante da proibição, os carinhos transformam-se em moeda de troca pelo bom comportamento.

Em tom de síntese, equivale dizer que ser bom no jogo da escolha entre contar ou não, reclamar ou não, corresponde a ser ou não reconhecido, ali dentro, pelos adultos. Reconhecimento que, mesmo à primeira vista pareça ser tomado como traição ao grupo, se for considerado produto da explicitação dos conflitos, pode traduzir-se por buscas comuns, por todos, que o torna a métrica das relações de cumplicidade e disputa entre as crianças.

Elementos Iniciais para Inserção ao Debate: Violências, Criança e Pertencimento.

As violências são aqui pensadas enquanto plural a fim de escaparmos da homogeneização que o termo traz, considerando-as não apenas enquanto a física, mas também psicológica e sentimental⁸. Neste sentido, Rifiotis (1997) propõe pensarmos a violência sob perspectiva de uma abordagem mais vivencial, mais próxima das experiências concretas, em outras palavras, sob uma ótica positiva. A questão por ele proposta é: há outra maneira de pensar a violência para além do círculo da sua negatividade e do campo da criminalidade? Sem perder essa questão de vista, as violências são pensadas nesse trabalho pela ótica daqueles que são ativos em seu meio, não enquanto “sujeito-agente”, mas no papel de sujeitos que são originários de círculos onde a violência é predominante e que tendem para lá retornar.

Essa tendência da qual fala Rifiotis (1997) é cerceada pelas teorias de Azevedo (2013) e Leite (1998), pois, para que se possa apreender a visão de mundo dos sujeitos e consequentemente a possibilidade de passarem de vítimas para agentes das violências, é antes necessário desconstruir o contexto no qual estão inseridos: desmistificá-lo. Leite (1998), analisa o quadro exposto não pensando o agente, mas o sujeito, ou seja, as próprias crianças, alinhavando o que denominada *mito da negatividade*. Para explicá-lo a autora trabalha com a ideia de três outros mitos que, segundo ela, permeiam a sociedade: 1º - Mito da “democracia racial/social”: responsável pelo descaso pela cultura popular, por nos fazer crer em um país de cultura única e homogênea; 2º - Mito da “família nuclear monogâmica”: como causa dos descaminhos sociais; e, 3º - Mito do “indivíduo isolado”: onde o erro está no indivíduo e não nas instituições.

Sustentado por estes, o *mito da negatividade* é configurado como o imaginário social que caracteriza essas crianças enquanto “aspirantes a criminosos” ou “futuros maus elementos” por “representarem a imagem de um inconsciente coletivo arquetípico da sombra social, de um mito que imobiliza toda uma sociedade pelo medo, por seu peso negativo” (LEITE, 1998: 12).

Já Azevedo (2013: 23) remete à doença da pobreza, a qual responsabiliza a desestruturação familiar da criança pelas violências sofridas por essas e, consequentemente pelo o fenômeno do abrigamento acarretado, “culpando não mais o agressor ou a vítima, mas a família, especialmente a pobre, que seria portadora de déficits culturais, educacionais, morais [...] não mais doença inata, herdada por alguns indivíduos, mas doença social”. A doença da pobreza, não enquanto conceito e sim no âmbito social, trabalha em dois sentidos: para um lado responsabiliza não somente o agente direto da violência contra a criança, como também toda comunidade a ele ligada, família, parentes, vizinhos, professores, em suma, aqueles que tem vínculo direto com a criança e não fazem a denúncia; por outro lado, desresponsabiliza o Estado e o poder público, com isso se

8 Para refletir sobre violência em sua pluralidade ver PIMENTA (2008: 7-24).

desconsidera os meios que levaram a esse fim, ou o porquê das violências e da condescendência com elas.

Embora complementares, os dois conceitos divergem pelo prisma adotado. Ainda que Leite (1998) discorra sobre os mitos da “democracia racial/social” e da “família nuclear monogâmica”, seu objetivo é pensar a vertente individual da questão. Enquanto Azevedo (2013) se vale das vertentes social e política.

Partindo dos conceitos *doença da pobreza* e *mito da negatividade*, considerando as palavras de Leite (1998), as instituições são caracterizadas pela sua função normativa de padronizar as crianças e sempre usam da disciplina como facilitadora do controle e da organização institucional. Para Cruz (2011):

Disciplina é um mecanismo utilizado para garantir o controle dos indivíduos que compõem determinada sociedade. As instituições, em geral, adotam os mecanismos disciplinares para garantir a vigilância, o controle, a maior produtividade e desempenho de seus integrantes (CRUZ, 2011: 36).

Enquanto a punição ocorre por meio de “micropenalidades, que dizem respeito aos desvios quanto ao tempo, hábito, gestos, comportamento, corpo, sexualidade e discurso” (CRUZ, 2011: 42). Na visão de Foucault (2003: 207) “a penalidade perpétua que atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das instituições disciplinares compara, diferencia, hierarquiza, homogeniza, exclui. Em uma palavra, ela normaliza”. Essa normalização do autor faz-se na contraposição ao errado, ao anormal, no sentido da norma, do padrão a ser cumprido. Com isso, estabelece o parâmetro de diferenciação dos indivíduos e os hierarquiza. Nesse sentido, as micropenalidades de Cruz (2011) são instrumentos de dominação a serviço da disciplina, que buscam garantir a uniformidade comportamental por meio da diferenciação dos indivíduos.

Cruz (2011) afirma que dentro das instituições “ser disciplinado” compensa, uma vez que dessas faz parte o jogo de recompensas e honras. Apesar de serem reguladas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e do modelo Casa Lar pressupor um espaço de individualização da criança, o regulamento interno da Casa estudada apresenta uma rigidez notada não só pelos horários fixos para acordar, ir ao banheiro, tomar café, ir à escola, almoçar, lanchar, brincar, jantar, dormir, arrumar a casa, mas pelas micropenalidades que as crianças sofriam ao não cumpri-los, como ficar sem comer, ficar sozinho no quarto, fazer tarefas domésticas extras ou ir para o cantinho do burrinho (uma escada localizada na sala de brincadeiras, destinada à aqueles que contradissem os educadores).

A “padronização” prevista por Leite (1998), também corresponde ao que Snizek (2007) denominou em seu trabalho de “treino adequado” para prevenção de delinquência juvenil. A observação participante algumas situações presenciadas confirmam esse quadro: era usual na fala dos educadores a contraposição entre “bem/mal”,

“certo/errado”, ou aquilo que uma criança boazinha faz- segue as regras; e o que uma criança má faz- bagunça, quebra as regras. Esse limite do estar dentro ou fora do que os educadores estabeleciam era muito tênue e flexível.

As crianças de até 4 anos dificilmente eram punidas pelos educadores, mesmo que quebrassem o acordado, o que não significava que não sofressem sanções dos mais velhos, como não poderem participar das brincadeiras ou ficar na sala de televisão durante um filme. Enquanto os grandes poderiam ser punidos mesmo sem nada fazerem, em função do humor ou da disponibilidade do educador, o que era comum quando as crianças tentavam conversar enquanto esse falava ao celular ou quando estava conversando com outros funcionários.

Estes sempre justificavam suas punições e correções como a tentativa de levar “essas crianças” para o caminho certo, afinal “vai saber que exemplo eles tinham em casa, a gente precisa “fazer eles” virar gente, entender que precisam trabalhar, ter família, que não podem fazer tudo como querem”⁹.

Não é contraditório apontar simultaneamente a existência de espaços individuais dentro da Casa Lar e o que foi denominado “padronização”. Estas não são faces da mesma moeda, pelo contrário, pois a última está diretamente relacionada a uma expectativa comportamental por parte dos educadores, originada no ideal de inserção social das crianças egressas da Casa Lar, enquanto os espaços individuais, como foi destacado anteriormente, são uma imposição estrutural à instituição. Em outras palavras, como pressupõe a teoria base da pesquisa, as crianças são sujeitos de vontades e opinião que podem até ser disciplinadas, mas isso não anulará individualidade.

Barros (2007) classifica as brigas existentes nas casas-lares enquanto agressões ao afirmar que estas refletiriam o ambiente ao qual as crianças pertenciam antes de serem institucionalizadas. Contrapondo esse pensamento, considera-se que as brigas ou brincadeiras acima referidas são a forma encontrada pelas crianças para abrir um espaço onde possam ser eles mesmos, onde a “padronização” seja superada, dentro das possibilidades, e eles sejam reconhecidos. Dessa forma, ao denominarmos “agressivo” o seu comportamento, estaríamos reproduzindo o pensamento comum anteriormente criticado por Leite (1998) e Azevedo (2013), que preconceituosamente caracteriza essas crianças enquanto “aspirantes a criminosos” ou “futuros maus elementos” e remete à doença da pobreza, a qual responsabiliza a desestruturação familiar da criança pelas violências sofridas. Consequentemente, inibindo qualquer forma de expressão e legitimação de si advinda deles. O que, em nossa concepção, é mais uma violência, somada às tantas às quais já estão submetidos.

A questão posta neste ponto é: como essas violências são internalizadas por essas crianças e como são externalizadas posteriormente? Para Coutinho (2008), o processo de internalização das violências sofridas pode ser notado em um patamar individual, centrado em si mesmo, como: baixa autoestima, ansiedade, depressão. Mas também pode ser pensado partindo do conceito de estigma de Goffman (2008), que representa a

⁹ Falas constantes dos educadores, registradas no caderno de campo.

situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena, é ligado diretamente a um atributo depreciativo, “o estigma é, então, na realidade, um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo [...] há importantes atributos que em quase toda a nossa sociedade levam ao descrédito” (GOFFMAN, 2008: 13). No caso dos nossos sujeitos, o estigma seria o de representarem, nas palavras de Leite (1998: 34), “a imagem de um inconsciente coletivo arquetípico da sombra social, de um mito que imobiliza toda uma sociedade pelo medo, por seu peso negativo, que precisa ser eliminado por representar o ‘mal’”.

Para Goffman (2008), existiria a escolha de não levar em consideração o estigma que carrega. No entanto, para Coutinho (2008) a externalização passa pela relação do indivíduo com o meio, pelo processo de socialização, representado como: agressão, impertinência, impulsividade.

Pela visão da autora, ambos os patamares (interno e externo) refletiriam um sentimento de raiva e incompreensão pelas violências sofridas, pois, por terem consciência daquilo que foi e do que é vivido, e do que isso representa socialmente, a repulsa a tudo o que eles representam também está presente neles. De forma mais clara, eles compartilham a mesma cultura na qual o *mito da negatividade* e a *doença da pobreza* foram construídos, e se identificam com aquilo que eles próprios julgam e condenam.

Tal identificação, ou a sensação de pertencer a um universo rejeitado socialmente, faz com que essas crianças se isolem em um ciclo da invisibilidade. Segundo Coutinho:

Ao nível das interações sociais, as dificuldades traduzem-se na adoção, por parte das crianças, de comportamento de isolamento dos pares, maior abertura e disponibilidade para os contactos sociais, hostilidade interpessoal e visão negativa das interações sociais(COUTINHO, 2008: 197).

O isolamento dos pares é traduzido pela noção de invisibilidade, que acontece em dois movimentos cíclicos, o primeiro quando a sociedade, representada pelas suas instituições – escola, saúde, família – não tem ciência das violências passadas com a criança, invencível, o que configura uma situação de abandono e provoca os sentimentos de impotência e de responsabilização perante as situações vividas, afinal ele entende o que acontece e “deveria” resolver o problema.

Esses sentimentos foram externados pelas crianças¹⁰ durante a pesquisa de campo, ainda que indiretamente, por meio de falas como: “a minha mãe vendia meus brinquedos para comprar drogas, a minha vó perguntava onde eles estavam e eu, para proteger a minha mãe, não contava, e por isso parei de ir na casa dela brincar com meus primos, sinto saudade deles” ou “meu pai me deixava atirar com a arma dele se eu não contasse pra ninguém, eu sabia que era errado ele ter uma arma, e quando a professora

¹⁰ No registro das falas das crianças abrigadas deixamos de identificar os nomes das mesmas, por questões éticas. Assim, todas as vezes que utilizarmos esses dados referiremo-nos ao período de estada dos pesquisadores em campo.

falou disso na aula eu fiquei triste, mas não podia contar”.

O segundo movimento cíclico da invisibilidade acontece posteriormente com a explicitação do caso à sociedade e a estigmatização da criança. Quando estas eram tiradas de casa e levadas para abrigo, as relações estabelecidas entre elas e a sociedade rompiam-se automaticamente, pois ficam durante o período de transição sem contato com a família e amigos, muitas vezes assim permanecendo. Observou-se em campo casos de crianças que estão abrigadas há mais de nove anos, durante esse tempo sua vida fica em suspensão, uma vez que por terem vínculos legais com suas famílias de origem não podem ser adotados, e que por a legislação determinar um prazo máximo de dois anos em uma instituição de abrigo, transitarem de uma Casa Lar para outra, movimento que praticamente impossibilita a construção de novos laços. Durante a passagem da família para o abrigo elas também trocam de escola e na nova unidade escolar são marcadas, pelas suas próprias palavras, como: “os do orfanato”, “problemáticos”, “encrenqueiros”¹¹. E, por mais que gostem de frequentá-la, por ser a única oportunidade que têm para saírem do Lar, continuam com o processo de invisibilidade.

Tanto na pesquisa de Coutinho (2008), quanto na que sustenta este artigo, o ciclo da invisibilidade, sedimentado pelas sensações de impotência e isolamento, pode ser encarado como o princípio da transição entre o sofrer e o gerar violências. Conforme falas das crianças estudadas¹² por Coutinho (2008: 197): “(...) andava sempre sozinho, não jogava a bola, não corria não fazia nada e antes eu era um rapaz super calmo, e agora basta ir na rua e se um rapaz mais velho até, 20 anos, olhar pra mim fixo nos meus olhos eu começo a falar mal pra ele” ou “comecei a ficar mais violento por causa das coisas que aconteciam eu também comecei a ficar (...) as vezes quando os professores me chateavam eu passava-me da cabeça e ficava lixado (...)”.

O “gerar violências” é tomado como sinônimo da “luta para não se tornar invisível” (SILVA, 2008), ou da Luta pelo Reconhecimento (HONNETH, 2003) na qual a ideia do “eu” só se pode constituir por meio da excitação em papéis sociais. Isto é, na complementaridade de expectativas de comportamento com base no reconhecimento recíproco.

Nesse ponto, a negação de uma homogeneização remete, mais uma vez, à busca pelo reconhecimento das crianças, na posição de indivíduos dotados de particularidades e membros de uma sociedade heterogênea. Para Leite (1998), está intrínseca nesses a necessidade de aceitação, a conquista de um lugar social. Com isso, os conflitos sociais não seriam uma exteriorização da miséria e da privação econômica, mas sim um padrão de uma luta pelo reconhecimento. Em concordância, Silva afirma:

Muitas das lutas e discursos circulam em torno do reconhecimento cultural, embora aqui se reconheça que a injustiça cultural esteja

11 Falas das próprias crianças, coletadas em campo.

12 Pesquisa realizada com 9 crianças de ambos os gêneros, com idades entre os 6 e os 15 anos, acolhidas em Casa de Abrigos há mais de 2 meses – da APAV (Sophia e Alcipe) e da Santa Casa de Misericórdia do Porto (Santo Antônio) – Portugal.

relacionada com a injustiça econômica. Neste processo não admitem formas distorcidas de reconhecimento e, por esse motivo, esforçam-se em definir, através das várias pertenças, aquilo que são (SILVA, 2008: 37).

O reconhecimento viria pautado pelo sentimento de pertença à Casa Lar, à escola, enfim, à sociedade. Para Silva (2008: 35), as pertenças são arquitetadas por valores, crenças e interesses específicos, e “a definição das pertenças é também a definição dos seus lugares a partir dos quais estes(as) jovens compreendem o mundo e o mundo também os(as) compreende”. Em suma, ser morador de uma Casa Lar é e será determinante na definição da posição dessas crianças na sociedade da qual fazem parte.

O sentimento de pertença e a luta pelo reconhecimento estão imbricados, e afloram um conflito interno dessas crianças entre querer ser parte do social, e, ao mesmo tempo, exigir que este mesmo social aceite que possuem seus próprios espaços, tempo e lugar, “funcionando como suporte identitário, corporizando formas culturais que têm como justiça orientadora a luta contra o não esgotamento de si e pelo reconhecimento” (SILVA, 2008: 35). Esse conflito, conforme fundamenta a autora, representa um esforço de não deixar que a dimensão da ausência de perspectivas, da precariedade presente nas suas vidas, “engula” as possibilidades para dela sair.

Pautas de Debate: considerações finais

Teve-se como guisa de orientação o propósito de revelar os diferentes processos de relação de poder presentes no cotidiano das cuidadoras e das crianças. Esta reflexão trouxe consigo a tentativa da Casa Lar em promover a “padronização” com vistas à criação de “bons sujeitos”, o que coloca em primeiro plano a questão das violências.

A violência, em seu caráter plural, levando-se em conta os dados empíricos coletados, traz a autoridade dos educadores sobre as crianças, a qual é aceita e legitimada, o que impõe o estabelecimento da hierarquia entre as próprias crianças. Em oposição à hierarquia disciplinar dos educadores, a das crianças é estabelecida pelo ser bom no jogo da escolha entre contar ou não, reclamar ou não. Entretanto, o equilíbrio entre ambas corresponde ao ser ou não reconhecido, ali dentro, pelos adultos.

Equivale reforçar que na pretensão de discorrer sobre como os conflitos, mesmo que camuflados pela máxima “estamos brincando e não brigando”, a disputa por espaço dentro da Casa Lar representa um sistema complexo de hierarquização, a qual estabelece relação entre determinante e determinado. As falas e as experiências vividas por eles refletem uma dimensão macro social, na qual as violências sustentam e são sustentadas por um ciclo dual entre pobreza e delinquência, movido pela contradição entre “o que se é” e “o que se deveria ser”.

Movimento este que tem dois tons: 1. O esforço de cada uma das crianças para criar espaços em que possa apresentar outra versão de si, dissociada da dimensão da ausência de perspectivas, do estigma a ela imposto; 2. Perante a sociedade eles continuam sofrendo marginalizações, pois vem de uma família que está contaminada pela doença da pobreza, e, independentemente de qualquer esforço são a representação idealizada do mito da negatividade.

Destaca-se como a óptica dessas crianças sobre o seu pertencimento social influencia no seu reconhecimento pela sociedade. Essas dualidades, enquanto processo de constituição do sentimento de pertença e de socialização, aparecem nas brigas ou nas brincadeiras como formas encontradas pelas crianças em cavar espaços em que, consciente ou não, por eles mesmos, possam superar a “padronização” imposta, mas tudo dentro das possibilidades que lhes são permissíveis.

A luta entre o pertencer ou não, corresponde ao que Barros (2007) denomina “violência aos sentimentos”, e, apesar da tentativa de homogeneização por meio da disciplina, do “treino adequado” para prevenção de delinquência juvenil (SNIZEK, 2007), para essas crianças e adolescentes, moradoras de instituições de abrigamento, a delinquência e as violências originadas na e pela luta, são permeadas por uma dimensão lúdica, permanecendo entre a brincadeira e o conflito, na contradição entre “o que se é” e “o que se deveria ser”.

Referências bibliográficas:

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane N. de Azevedo. **Violência doméstica contra crianças e adolescentes: um cenário em (des)construção**. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/Cap_01.pdf>. Acesso em: Janeiro de 2013.

BARROS, Raquel de Camargo; FIAMENGHI JR., Geraldo A.. **Interações afetivas de crianças abrigadas: um estudo etnográfico**. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 12, n. 5, outubro. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232007000500024&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: fevereiro de 2013.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8069, de 13 de julho de 1990. Brasília, 1990.

COHN, Clarice. **Educação escolar indígena: para uma discussão de cultura, criança e cidadania ativa**. Revista Perspectiva. Florianópolis, UFSC, 2006

COUTINHO, Maria José; SANI, Ana Isabel. **A experiência de vitimação de crianças acolhidas em casa de abrigo**. Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Porto, 2008. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10284/910>>. Acesso em: janeiro de 2013.

CRUZ, Priscila Aparecida Silva; FREITAS, Silvane Aparecida de. **Disciplina Controle Social e educação escolar: um breve estudo a luz do pensamento de Michel**

Foucault. Revista do laboratório de estudos da violência da UNESP/Marília. Marília, ed. 7, p. 36-49, junho 2011.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Trad. Raquel Ramallete. 27ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

GOFFMAN, Erving. **Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** 4ª Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HONNETH, Axel. **Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais.** Trad. Luiz Repa.. São Paulo: Editora 34, 2003.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **O direito à convivência familiar e comunitária : os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil /** Enid Rocha Andrade da Silva (Coord.). Brasília : IPEA/CONANDA, 2004. 416 p.: il.

LEITE, Ligia Costa. **A razão dos Invencíveis: meninos de rua – o rompimento da ordem (1954-1994).** Rio de Janeiro: Editora UFRJ / IPUB, 1998.

NUNES, Angela & CARVALHO, Rosário. **Questões metodológicas e epistemológicas suscitadas pela Antropologia da Infância.** BIB/ANPOCS, nº 68, pp. 77-97, 2º semestre de 2009, São Paulo, 2009.

PIMENTA, Carlos Alberto Máximo. **Dimensões Socioculturais da Violência: contemporaneidade e relações sociais.** In: Sociedade em Debate (UCPel), v. 1, 2008, p. 7-24.

RIFIOTIS, T. **Nos campos da violência: diferença e positividade.** Antropologia em Primeira Mão, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social-UFSC, v.19, n.1, 1997.

SARMENTO, M. J.; VANCONCELLOS, V. M. R. (orgs). **Infância (in)Visível.** São Paulo: Junqueira & Marin, 2007.

SILVA, Sofia Marques da. **ESTRATÉGIAS JUVENIS PARA «FINTAR» FRAGILIDADES: A construção da pertença a uma casa da juventude no Norte de Portugal.** Educação, Sociedade & Culturas, ex. 27, p. 27-49, 2008

SNIZEK, Bárbara Kiechaloski. **Relações familiares em "casas-lares" de Curitiba-Paraná-Brasil.** VII RAM - UFRGS, Porto Alegre, Brasil, 2007. Disponível em: <http://www.emdialogo.uff.br/sites/default/files/Barbara_Snizek_GT_25_RAM.pdf>. Acesso em: Janeiro de 2013.

UNICEF, Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Infância e adolescência no Brasil.** Disponível em: <<http://www.unicef.org/brazil/pt/activities.html>>. Acesso em: novembro de 2012.

WASELFISZ, JJ. **Mapa da Violência 2012. CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO BRASIL.** 1ª edição. FLACSO, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2012_crianca.php>. Acesso em: setembro de 2012.